

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 2.º SEMESTRE DE 2014

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do artigo 77.º, n.º 2, alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se relatório informativo sobre a situação económica e financeira do **Município de Águeda**, reportada ao período findo em 31 de dezembro de 2014, incluída nos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 25.863.045,72 € de despesa paga e um total de 25.580.351,50 € de receita cobrada), no Balanço (que evidencia um total de ativo líquido de 108.897.391,28 € e um total de fundos próprios de 70.045.235,05€, incluindo um resultado líquido de 56.729,84 €) e na Demonstração dos resultados.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Órgão Executivo Municipal:
 - a) a preparação de informação financeira histórica e orçamental de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites;
 - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a execução orçamental, a posição financeira ou os resultados da entidade; e
4. A nossa responsabilidade consiste em analisar a informação financeira e orçamental contida nos documentos acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ANÁLISE ORÇAMENTAL

5. A execução orçamental revela os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 1 – Execução Orçamental da Despesa (em Euros)

Classif. Económica da Despesa		Dotação Corrigida	Compromissos assumidos	Saldo	Grau Exec. efectiva	Despesas pagas	Saldo	Grau Exec. Orç Dez 14	Grau Exec. Orç Dez 13
Cl.	Designação								
1	Despesas com o pessoal	8 222 920,00	7 486 374,71	736 545,29	91,04%	7 426 086,26	796 833,74	90,31%	99,10%
2	Aquisição de bens e serviços	8 804 468,07	8 254 091,07	550 377,00	93,75%	6 513 734,94	2 290 733,13	73,98%	81,49%
3	Juros e outros encargos	105 000,00	80 887,93	24 112,07	77,04%	80 704,30	24 295,70	76,86%	88,03%
4	Transferências correntes	3 072 985,83	2 643 603,94	429 381,89	86,03%	2 424 385,90	648 599,93	78,89%	92,32%
6	Outras despesas correntes	180 582,00	177 409,27	3 172,73	98,24%	175 542,47	5 039,53	97,21%	98,61%
	DESPESAS CORRENTES	20 385 955,90	18 642 366,92	1 743 588,98	91,45%	16 620 453,87	3 765 502,03	81,53%	89,88%
7	Aquisição de bens de capital	12 877 919,12	11 939 936,06	937 983,06	92,72%	6 772 521,46	6 105 397,66	52,59%	65,45%
8	Transferências de capital	1 436 884,73	1 275 490,84	161 393,89	88,77%	850 731,36	586 153,37	59,21%	70,08%
9	Activos financeiros	52 666,86	51 169,05	1 497,81	97,16%	51 169,05	1 497,81	97,16%	100,00%
10	Passivos financeiros	1 571 594,14	1 568 169,98	3 424,16	99,78%	1 568 169,98	3 424,16	99,78%	98,57%
	DESPESAS DE CAPITAL	15 939 064,85	14 834 765,93	1 104 298,92	93,07%	9 242 591,85	6 696 473,00	57,99%	68,40%
	TOTAL DE DESPESAS	36 325 020,75	33 477 132,85	2 847 887,90	92,16%	25 863 045,72	10 461 975,03	71,20%	78,88%

Mapa 2 – Execução Orçamental da Receita (em Euros)

Classif. Económica da Receita		Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Saldo	Grau Exec. Dez 14	Grau Exec. Dez 13
Cl.	Designação					
1	Impostos directos	7 741 000,00	7 763 396,79	22 396,79	100,29%	97,51%
2	Impostos indirectos	95 000,00	60 478,74	-34 521,26	63,66%	88,05%
4	Taxas, multas e outras penalidades	541 500,00	418 645,47	-122 854,53	77,31%	96,72%
5	Rendimentos da propriedade	450 000,00	206 439,79	-243 560,21	45,88%	157,04%
6	Transferências correntes	15 787 036,01	10 463 653,95	-5 323 382,06	66,28%	64,70%
7	Venda de bens e serviços correntes	4 260 380,40	3 376 158,51	-884 221,89	79,25%	116,47%
8	Outras receitas correntes	245 000,00	161 957,15	-83 042,85	66,10%	179,17%
	RECEITAS CORRENTES	29 119 916,41	22 450 730,40	-6 669 186,01	77,10%	80,57%
9	Venda de bens de investimento	32 000,00	7 700,00	-24 300,00	24,06%	0,00%
10	Transferências de capital	5 341 104,34	3 105 665,80	-2 235 438,54	58,15%	107,85%
11	Activos financeiros	10 000,00	0,00	-10 000,00	0,00%	#DIV/0!
13	Outras receitas de capital	10 000,00	0,00	-10 000,00	0,00%	0,00%
	RECEITAS DE CAPITAL	5 393 104,34	3 113 365,80	-2 279 738,54	57,73%	107,70%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	50 000,00	16 255,30	-33 744,70	32,51%	56,48%
16	Saldo da gerência anterior	1 762 000,00	1 762 000,00	0,00	100,00%	
	OUTRAS RECEITAS	1 812 000,00	1 778 255,30	-33 744,70	98,14%	56,48%
	TOTAL DE RECEITAS	36 325 020,75	27 342 351,50	-8 982 669,25	75,27%	88,09%

Mapa 3 – Indicadores de Análise da evolução da Despesa

Rácios de estrutura da despesa	Considerando despesa paga		Considerando despesa comprometida	
	dez/14	dez/13	dez/14	dez/13
Receita total / Despesa total	105,72%	111,68%	81,67%	90,17%
Receita corrente / Despesa corrente	135,08%	132,43%	120,43%	120,45%
Receita capital / Despesa capital	33,68%	85,53%	20,99%	60,55%
Despesa Pessoal / Despesa Total	28,71%	23,33%	22,36%	19,00%
Aq. Bens Serviços / Despesa Total	25,19%	23,42%	24,66%	22,76%
Aq. Bens Capital / Despesa Total	26,19%	35,51%	35,67%	42,46%
Serviço da Dívida / Despesa Total	6,06%	4,67%	4,68%	3,77%
Receitas próprias / Despesa Total	46,44%	38,09%	35,88%	30,75%
Transferências recebidas / Despesa Total	52,47%	73,60%	40,53%	59,42%
Juros e outros encargos / Despesa Total	0,31%	0,44%	0,24%	0,40%

Mapa 4 – Indicadores de Análise da evolução da Receita

Rácios de estrutura da receita	dez/14	dez/13
Receitas próprias / Receita total	43,93%	34,10%
Transferências recebidas / Receita Total	49,63%	65,90%

6. Considerando o mapa referente à execução da despesa paga, em termos globais, a execução das despesas correntes ronda os 81,53% e a execução das despesas de capital ronda os 57,99%. Em termos comparativos, em 2013 estes graus de execução situavam-se nos 89,88% e 68,40% respetivamente. Tendo por base a ótica dos compromissos já assumidos, o grau global da execução da despesa é de 92,16% (contra 97,69% em igual período do exercício anterior), dando-se especial enfoque às despesas de capital cujos compromissos assumidos representam 93,07% das dotações corrigidas, enquanto nas despesas correntes os compromissos assumidos representam 91,45% da dotação existente.

No que se refere às despesas com pessoal, o grau de execução ronda os 90,31% (contra 99,10% no exercício anterior), abaixo do expectável para o período. A aquisição de bens e serviços apresenta um grau de execução de 73,98% (81,49% no exercício anterior), na generalidade, todas as rubricas desta componente ficaram abaixo dos valores previstos, contudo destaca-se o desvio na rubrica "Outros serviços" no valor de 842.826,31 €. O grau de execução da despesa com transferências correntes ascende a 78,89%, (92,32% no exercício anterior) a fraca execução nesta rubrica está relacionada com o facto das

transferências a realizar para instituições sem fins lucrativos e para a administração local terem ficado aquém do inicialmente previsto.

De uma forma genérica, o grau de execução da despesa surge afetado pela reduzida execução das despesas de capital. No entanto, o grau de execução da despesa corrente também apresenta valores abaixo da dotação orçamental.

- 7.** No que se refere à execução orçamental da receita, globalmente, e tal como para as despesas, o seu grau de execução orçamental é inferior ao verificado no exercício anterior, isto é, atingiu 75,27% contra 88,09% no período homólogo.

Ao nível das receitas de capital, apenas foram executados 57,73% contra os 107,70% verificados em igual período do ano anterior. Essencialmente, o baixo grau de execução orçamental ficou a dever-se à diminuição de receitas com a obtenção de fundos comunitários de projetos cofinanciados face ao previsto.

Analisando as receitas correntes, verifica-se um grau de execução orçamental de 77,10%, ligeiramente inferior ao verificado no exercício transato que foi de 80,57%. O baixo grau de execução da receita corrente ficou a dever-se ao facto das transferências correntes ficarem muito abaixo dos valores inicialmente expectáveis, tendo atingido uma execução de apenas 66,28%, (64,70% no exercício anterior), designadamente no que concerne à obtenção de fundos comunitários associados a projetos cofinanciados correntes.

A rubrica de impostos diretos apresenta um grau de execução dentro dos parâmetros para o período, 100,29%. A venda de bens e serviços correntes apresenta uma fraca execução ficando nos 79,25%, sendo bastante inferior ao verificado no exercício anterior (116,47%), esta situação encontra-se relacionada com a inexistência de receitas com a venda de mercadorias, prevista em 1.000.000 €.

Face ao já descrito nos parágrafos anteriores, na ótica da despesa paga, a cobertura da despesa corrente pela receita corrente foi de 135,08% quando em igual período do ano anterior havia sido de 132,43%. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, as despesas correntes foram suportadas em 120,43% pelas receitas correntes quando no ano anterior aquela relação era de 120,45%.

Considerando as receitas e as despesas de capital, na ótica da despesa paga, em 2014 verifica-se um decréscimo face a 2013, isto é, as despesas de capital foram cobertas com receitas de capital em 33,68% em 2014 e em 85,53% em 2013. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, em 2014 as despesas de capital encontravam-se cobertas em 20,99% pelas receitas de capital, quando em 2013 as despesas de capital apenas se encontravam cobertas em cerca de 60,55%.

8. No que se refere às receitas próprias, considerando a informação reportada ao ano de 2014, identifica-se um acréscimo, face a igual período do ano anterior, isto é, passaram de 11.648.034,02 € em 2013 para 12.011.031,75 € em 2014 (mais 362.997,73 €), não incluindo o saldo de gerência. Esta variação resulta do efeito conjugado do aumento dos valores recebidos com impostos diretos e venda de bens e serviços correntes e da diminuição de taxas, multas e outras penalidades. Deste modo, verifica-se um acréscimo da cobertura das despesas totais com este tipo de receitas, atingindo um rácio de 46,44% em 2014 contra 38,09% em 2013.
9. A despesa comprometida em 2014 mostrou-se superior em 7.896.781,35 € em relação à receita cobrada (excluindo o saldo de gerência), quando este valor ascendia a 3.721.546,89 € em 2013, esta situação resulta do facto de os compromissos de capital serem significativamente maiores que as receitas de capital, facto associado ao reduzido grau de execução da receita de capital relacionado com projetos cofinanciados por fundos comunitários.

ANÁLISE ECONÓMICA

10. Os custos e os proveitos revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 5 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos (em Euros)

Proveitos e Ganhos		2014	%	2013	%
Cl.	Designação				
71	Vendas e prestações de serviços	3 594 155,66	13,45%	4 582 115,58	16,71%
72	Impostos e taxas	9 143 093,55	34,22%	7 722 181,04	28,16%
74	Transferências e subsídios obtidos	11 565 989,93	43,28%	12 701 544,92	46,32%
78	Proveitos e ganhos financeiros	274 270,34	1,03%	436 062,41	1,59%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	2 143 259,82	8,02%	1 980 409,66	7,22%
	TOTAL DE PROVEITOS	26 720 769,30	100,00%	27 422 313,61	100,00%

Mapa 6 – Estrutura dos Custos e Perdas (em Euros)

Custos e Perdas		2014	%	2013	%
Cl.	Designação				
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	619 136,68	2,32%	1 820 216,05	6,81%
62	Fornecimentos e serviços externos	6 934 147,25	26,01%	6 981 373,95	26,13%
63	Transf. e subsíd. corr. conced. e prest. sociais	2 424 816,91	9,09%	2 426 930,29	9,08%
64	Custos com o pessoal	7 813 114,89	29,30%	7 294 980,94	27,30%
65	Outros custos e perdas operacionais	107 047,96	0,40%	72 953,09	0,27%
66	Amortizações do exercício	7 520 089,59	28,20%	6 650 798,69	24,89%
67	Provisões do exercício	24 939,89	0,09%	0,00	0,00%
68	Custos e perdas financeiros	76 791,05	0,29%	133 377,58	0,50%
69	Custos e perdas extraordinários	1 143 955,24	4,29%	1 339 922,65	5,01%
TOTAL DE CUSTOS		26 664 039,46	100,00%	26 720 553,24	100,00%

11. A estrutura de proveitos apresenta um decréscimo, no valor 701.544,31 € (-2,56%), face ao ano anterior, relacionado com a diminuição das vendas e prestações de serviços e das transferências e subsídios obtidos, efeito diminuído por via do crescimento dos proveitos resultantes de impostos e taxas. O valor das transferências e subsídios obtidos apresenta uma diminuição 1.135.554,99 €, relacionada com o decréscimo do fundo de equilíbrio financeiro e da participação no IRS, conforme patente no orçamento de Estado. As vendas e prestações de serviços diminuíram 987.959,92 €, variação associada à venda no ano anterior de parte do Parque do Casarão, por sua vez, os impostos e taxas cresceram 1.420.912,51 €, fruto do crescimento dos valores arrecadados com o Imposto Municipal sobre os Imóveis e Derrama.

12. No que se refere à estrutura de custos, em termos globais, verifica-se um decréscimo de 56.513,78 € em relação ao verificado em 2013. As principais componentes de custos do Município são os custos com o pessoal, que representam 29,30% do total, seguido das amortizações do exercício e dos fornecimentos e serviços externos, com 28,20% e 26,01%, respetivamente. Comparativamente ao exercício anterior verifica-se um forte crescimento da rubrica das amortizações do exercício, apresentando um crescimento de 869.290,90 €, em resultado da passagem de várias obras que se encontravam em curso para as contas de imobilizações corpóreas. Os custos com o pessoal apresentaram um aumento de 518.133,95 € em relação ao ano anterior. Por sua vez, o custo das mercadorias e das matérias consumidas diminuiu comparativamente a 2013, no montante de 1.201.079,37 €, devido ao facto de não se terem registado em 2014 qualquer venda de terrenos constantes nos inventários do Município.

13. Tendo em consideração os valores referidos, o resultado do período ascende a 56.729,84 €, montante 645.030,53 € inferior ao verificado em igual período do ano anterior.

ANÁLISE FINANCEIRA

14. As dívidas a receber e a pagar revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 7 – Dívidas de terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	dez/14	%	dez/13	%
211+212+213	Clientes, contribuintes e utentes c/c	1 035 667,57	55,39%	523 871,39	89,21%
218	Clientes, contribuintes e utentes de cob. duvidosa	6 526,84	0,35%	6 526,84	1,11%
24	Estado e outros entes públicos	0,00	0,00%	349,60	0,06%
262+263+267+268	Outros Devedores	827 637,08	44,26%	56 479,38	9,62%
	Total Curto Prazo	1 869 831,49	100,00%	587 227,21	100,00%
	TOTAL DE DÍVIDAS DE TERCEIROS	1 869 831,49	100,00%	587 227,21	100,00%

Mapa 8 – Dívidas a terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	dez/14	%	dez/13	%
2311	Empréstimos de curto prazo	761 292,40	7,64%	824 021,42	7,45%
221	Fornecedores c/c	264 873,50	2,66%	335 561,26	3,04%
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	392 945,35	3,94%	181 501,76	1,64%
217	Clientes e utentes c/cauções	171 217,38	1,72%	173 487,02	1,57%
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%	793 802,92	7,18%
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	313 636,57	3,15%	552 446,03	5,00%
2618	F. imobilizado - Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00%	6 393,47	0,06%
24	Estado e outro entes públicos	150 705,60	1,51%	123 050,27	1,11%
262+263+267+268	Outros credores	2 202 560,55	22,10%	1 976 643,74	17,88%
	Total Curto Prazo	4 257 231,35	42,72%	4 966 907,89	44,93%
2312	Dívidas a instituições de crédito	4 581 353,62	45,97%	6 086 794,58	55,07%
268	Outros credores	1 126 821,45	11,31%	0,00	0,00%
	Total Médio Longo Prazo	5 708 175,07	57,28%	6 086 794,58	55,07%
	TOTAL DE DÍVIDAS A TERCEIROS	9 965 406,42	100,00%	11 053 702,47	100,00%

15. O valor de dívidas a receber (1.869.831,49 €) apresenta um aumento de 1.282.604,28 € face ao verificado no ano anterior. Esta variação está relacionada essencialmente com o aumento dos valores a receber relacionados com rendas e alugueres e publicidade e com adiantamentos a fornecedores de imobilizado

(regularização dos lançamentos relacionados com valores transferidos para a CIRA associados ao Polis da Ria).

16. O valor global das dívidas a pagar em 2014 ascende a 9.965.406,42 €, montante 1.088.296,05 € inferior ao verificado no ano anterior. De referir a redução das dívidas a instituições de crédito em 1.568.169,98 € e a redução do saldo de adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes em 793.802,92 €, relacionado com a regularização do registo dos valores de adiantamentos recebidos de fundos comunitários. Dada a regulamentação do Fundo de Apoio Municipal e consequente indicação do valor das unidades de participação a subscrever, foi efetuado o registo do ativo e do passivo associados no montante de 1.314.624,45 €, sendo que 187.803,00 € serão realizados em 2015.

17. No âmbito do **Regime Financeiro das Autarquias Locais – Capítulo V (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)**, verifica-se que:

- a) É cumprido o limite da dívida total previsto no n.º 1 do seu artigo 52.º (incluindo a dívida das entidades referidas no artigo 54.º do mesmo diploma).
- b) É cumprido o estabelecido no artigo 97.º do Orçamento de Estado (OE) para 2014 (Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro) que dispõe que para efeitos da aplicação do n.º 3 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total a considerar é a existente em 31 de dezembro de 2013.
- c) Os fundos disponíveis no final de 2014 ascendiam a 2.519.172,83 €.

Viseu, 16 de abril de 2015

O Revisor Oficial de Contas

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda., n.º 282
Representada por Carlos Eduardo Brás Fonseca, ROC n.º 1492